

"Eu não passei. Eu vivi". Memórias de uma ex-guerrilheira no Brasil

MARTA GOUVEIA DE OLIVEIRA ROVAI*

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo presentar la historia de vida de una ex guerrillera brasileña, Ana Maria Gomes, ahora profesora en la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul. En 1968 trabajaba en una fábrica, era estudiante secundaria y era miembro del movimiento estudiantil. Ese año participó en una huelga en la ciudad de Osasco (São Paulo) y pasó a la clandestinidad, participando en la organización armada Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Luchó contra la dictadura civil-militar brasileña que perduró entre los años 1964 y 1984, siendo arrestada y torturada. Sus memorias denuncian la violencia física y psicológica del régimen, perpetrada en las cárceles donde sufrió como mujer y oponente, y también revelan la desigualdad de género en los grupos armados de los que participó.

Palabras clave: memoria, violencia, género, dictadura

Fecha de recepción: 25-02-2019

Fecha de aceptación: 21-02-2020

"I did not pass. I lived". Memories of a former guerrilla in Brazil

Abstract

This article aims to present the life story of a former Brazilian guerrilla, Ana Maria Gomes, now a professor at the Federal University of Mato Grosso do Sul. In 1968 she worked in a factory, was a high school student and was a member of the student movement. That year she participated in a strike in the city of Osasco (São Paulo) and went into clandestinity, participating in the armed organization Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). She fought against the Brazilian civil-military dictatorship that lasted from 1964 to 1984, being arrested and tortured. Her memories denounce the physical and psychological violence that the regime perpetrated in the prisons where she suffered as woman and opponent, and also reveal the gender inequality in the armed groups in which she participated.

Keywords: memory, violence, gender, dictatorship

*Professora Adjunta da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenadora do Grupo de Pesquisa História do Brasil (UNIFAL). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO/USP). Correo electrónico: martarovai88@gmail.com.

Apresentação

Nos últimos anos o Brasil tem sido cenário conflituoso de disputas por memórias relativas ao período ditatorial (1964-84), sustentadas por posições cada vez mais polarizadas e intolerantes. A relação de parte da sociedade com o seu passado de violações aos direitos humano tem se caracterizado pelo revisionismo ou negacionismo de alguns setores sociais mais conservadores, ou por posturas autoritárias que procuram justificar ou tornar banais as violências praticadas pelo Estado nos anos em que o regime civil-militar se sustentou. Por outro lado, também assiste-se a uma batalha persistente, de segmentos que sofreram ou que se sensibilizam com o trauma coletivo, pelo registro das memórias, por sua publicização e pelo debate na arena pública sobre a necessidade de lembrar. Num período de justiça de transição¹, em que a polifonia de narrativas se confronta, é preciso insistir na luta pela reparação da ferida que não cicatrizou e de um passado que não passou, embora haja tantos discursos que peçam pelo seu esquecimento, desmerecendo a justiça às vítimas.

É preciso responder aos que defendem uma reconciliação sem confronto de testemunhos, que o direito à memória e à história é fundamental a uma sociedade que quer seguir em frente e que deseja reconstruir seu futuro democrático. Para isso, é preciso que sujeitos, lugares, instituições, práticas e discursos que serviram para oprimir, ferir e matar, assim como para resistir, sejam conhecidos e reconhecidos. Uma ditadura atinge toda a sociedade sob seu controle, pois ameaça e promove o medo, a censura e a dor entre todos, seja como fato ou possibilidade; viola e violenta os direitos de todas as pessoas, mesmo dos comandantes, algozes e torturadores, que também se desumanizam para atacar aqueles que são considerados seus inimigos.

Não é possível superar o passado e optar por esquecê-lo (ou não) sem que se aponte o dolo, seus autores e as consequências dele sobre uma sociedade inteira. Estamos vivendo, no Brasil este momento histórico extremamente doloroso mas necessário, em que é preciso reafirmar a necessidade do conhecimento contra a opinião, a defesa do direito contra a intolerância e da memória contra o esquecimento. Este não é um processo recente –mas talvez o seu auge– em que visões políticas e históricas se enfrentam, já que desde o final de década de 1980, antes mesmo de a ditadura chegar ao fim, trabalhos historiográficos e movimentos políticos e sociais tenham se organizado para denunciar atrocidades de forma a se enfrentar os danos e se construir uma nação mais democrática e justa. Ao longo dessa história, os testemunhos das pessoas que foram perseguidas ou atingidas de alguma forma pelo regime (perdendo seus entes queridos, por exemplo) tornaram-se fundamentais para combater o silenciamento imposto por aqueles que se recusaram e

¹ O termo justiça de transição foi cunhado por Ruti Teitel em 1991, referindo-se aos processos de transformação política e jurídica nos contextos de transições para as "novas democracias" na América Latina e na Europa do Leste. Segundo Roberta Baggio, ela envolve quatro dimensões: o direito à memória e à verdade, o direito à reparação das vítimas, a responsabilização dos agentes perpetradores das violações aos direitos humanos e a readequação democrática das instituições que possibilitaram os abusos de poder (2010, p. 269).

ainda se recusam a assumir o passado traumático. Pesquisas com história oral de militantes políticos vêm crescendo no país, na tentativa de contribuir com a publicação de testemunhos e com a formação de uma comunidade de ouvintes, capaz de enfrentar seu passado.

Na contramão dos testemunhos, recentemente, em 2019, a nomeada ministra Damares Alves defendeu a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para "investigar" e desfazer reparações aos anistiados políticos, atacando de forma infame o trabalho desenvolvido pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) –instituída em 2012, pela presidenta Dilma Rousseff–, a democracia brasileira e o pacto pela verdade e reparação que devem caracterizar a justiça de transição. Em combate a propostas de revisionismos como esta, torna-se cada vez mais imprescindível a história pública dos perseguidos e torturados, sobreviventes de um regime que cometeu inúmeros crimes e que precisa ser responsabilizado.

Com este intento, de combate ao esquecimento, procurei neste pequeno texto registrar a história de uma mulher, hoje professora doutora em Sociologia, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) que, entre os anos de 1968 e 1971, foi operária, estudante secundarista e militante na organização armada conhecida como Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Ela foi uma das entrevistadas em minha pesquisa de Doutorado sobre uma greve de operários que ocorreu na cidade de Osasco, na Grande São Paulo, em julho de 1968. Para saber sobre aquelas experiências e memórias, entrevistei doze mulheres e nove homens, que se envolveram direta ou indiretamente na paralisação fortemente reprimida por tropas da Força Nacional. O evento não será o tema central deste artigo, mas a história de Ana Maria Gomes, uma de suas protagonistas, que acabou por ingressar, mais tarde, na luta armada.

Ana Maria Gomes foi uma das doze mulheres que procurei entrevistar, com a intenção de compreender a participação feminina em uma greve sobre a qual os registros historiográficos sempre foram masculinos. Trabalhos clássicos como os de Francisco Weffort (1972) e de Ari M.M. Couto (2003), entre outros², reportaram-se a uma greve que parece ter sido exclusiva de homens, apresentados como fortes defensores da luta contra a ditadura. Uma parte dos operários osasquenses por mim também entrevistados, como Roque Aparecido da Silva, Antonio Roberto Espinosa e José Ibrahim, acabou por ingressar na luta armada, em 1968, formando o Grupo Osasco, uma parcela da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada pelo capitão Carlos Lamarca. A partir das entrevistas com eles sobre o

.....
2 Outras publicações se referiram à greve ocorrida em Osasco no ano de 1968: a *Revista Unidade e Luta*, em 1972, publicou também uma série de entrevistas com exilados, entre elas uma avaliação sobre a greve escrita em 1968 por José Ibrahim, além de um texto de Antonio Roberto Espinosa. Os livros *Autopsia do Medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury* (2000), de Percival de Souza, e *Lamarca, o capitão da guerrilha* (1987), de Emiliano Oldack, se referiram a Osasco, relacionando a cidade à guerrilha da VPR e à fuga do capitão Lamarca com as armas do quartel de Quitaúna. Daniel Aarão dos Reis Filho, em *A Revolução faltou ao encontro* (1990), inseriu a luta dos operários ao cenário nacional de resistência à ditadura militar. Marcelo Ridenti também dedicou um capítulo de *O Fantasma da Revolução Brasileira* (1993) ao movimento, destacando o caráter revolucionário dos operários envolvidos na greve.

processo da greve e da luta armada, pude perceber uma narrativa de caráter épico e viril, com breves referências às mulheres que, segundo eles, haviam participado "nos bastidores", "ajudando" no combate operário e armado.

As raras lembranças masculinas sobre mulheres osasquenses nos livros e nas entrevistas me levaram a questionar sobre a presença/ausência delas na greve e também na guerrilha, acabando por ampliar as entrevistas e buscando compreender as relações de gênero entre homens e mulheres da cidade de Osasco neste processo e também na memória construída sobre ele. Ao entrevistá-las, procurei abordá-las com perguntas abertas sobre sua trajetória de vida, sua participação na greve de Osasco e em seus desdobramentos nas escolhas pessoais e públicas em 1968; as perguntas também se deslocaram para as relações entre homens e mulheres, no âmbito privado e público, nos sindicatos, nas escolas, nas prisões e na guerrilha, em que elas estiveram presentes de forma direta ou não. Não consegui, por falta de informações mais precisas e por serem minoria nas fábricas, nomes de mulheres que estivessem vivas e que pudessem me narrar suas memórias como operárias em 1968. Os próprios trabalhadores, surpresos muitas vezes com minhas perguntas sobre as companheiras de fábrica, não conseguiram lembrar de companheiras invisibilizadas, nem nomeá-las, com exceção da cozinheira Maria Santina³ e da operária e estudante secundarista Ana Maria Gomes, que naquele momento era namorada de Roque Aparecido e irmã de Osny, ambos ligados à luta armada.

Ana foi apenas uma das mulheres com quem pude realizar duas entrevistas, entre idas e vindas do Mato Grosso do Sul para São Paulo, onde nos encontramos. As demais mulheres entrevistadas por mim foram aquelas narradas pelos homens como "colaboradoras", "coroadoras" de seus feitos. Eram esposas, irmãs e sobrinhas, donas de casa e estudantes na época da greve, com as quais procurei perceber a invisibilidade no tratamento de suas ações, muitas vezes decisivas para proteger, libertar os seus companheiros, enganar perpetradores e conscientizar vizinhos na luta contra a ditadura. Suas táticas improvisadas demonstraram a reinvenção de formas de resistência feminina que pouco foram registradas pela historiografia.⁴

Em todas as entrevistas realizadas a abordagem se deu em torno da história oral de vida, com temáticas sobre suas famílias, suas percepções e presença na greve de 1968 e também na luta armada (diretamente ou arriscando suas vidas para dar suporte aos guerrilheiros, seus entes queridos). Suas narrativas orais foram gravadas, transcritas e autorizadas, mas não vou apresentá-las aqui pelo limite do texto. Entre tantas histórias e memórias valiosas, para este artigo optei por apresentar e analisar a narrativa de Ana Maria Gomes, a única entre elas que era operária e seguiu para a luta armada, ao lado dos homens. Considero sua trajetória representativa de outras que foram silenciadas não só pelo regime autoritário, mas por uma história masculina que se pretendia protagonista e viril. Sua memória é, ao mesmo

.....
3 Maria Santina pertencia à Comissão dos Dez da fábrica Cobrasma, que organizou a greve em 1968, em Osasco, mas pouco quis falar sobre sua participação.

4 Sobre essas táticas femininas ver Marta Rovai (2014). *Osasco 1968: a greve no masculino e no feminino* (neste livro, encontram-se trechos da entrevista com Ana Maria Gomes) e Maria Cláudia Badan Ribeiro (2011). *Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres da ALN*.

tempo, singular e múltipla, porque revela tensões e eventos não apenas particulares, mas traz consigo outras vozes e experiências semelhantes que denunciam os abusos cometidos pelo Estado, principalmente contra a figura feminina que pegou em armas, como um desvio a ser punido. Se isso não bastasse para já ser importante, seu relato também registra outros abusos relacionados às relações de gênero dentro dos grupos armados e nas prisões, levando-a a ingressar no movimento feminista, na França e no Brasil, quando retornou do exílio. Este texto procura direcionar a discussão para o mesmo sentido apresentado por Cristina Scheibe Wolff, ao estudar a participação de mulheres na guerrilha do Cone Sul, movida pela compreensão:

(...) do gênero como uma construção social, cultural e histórica, sempre relacional, e que define hierarquias e estratégias de poder, territórios e comportamentos para homens e mulheres. E também na compreensão dos discursos como práticas sociais, nas quais saber e poder se entrecruzam, configurando categorias sociais ao serem emitidas por instituições ou especialistas e também subjetividades, ao serem apropriados e emitidos pelos sujeitos. (Wolff, 2007, p. 21)

A história oral, nesse sentido, contribui imensamente para democratizar as narrativas históricas, a partir da perspectiva de gênero, mediando memórias femininas capazes de selecionar e interpretar eventos sob perspectivas que questionam uma história generalizante, que omite ou ignora diferenças e discriminações. O registro de experiências, como o de Ana Maria, rompe com uma história universal e coloca em dúvida a hegemonia dos discursos e práticas de poder de caráter androcêntrico, presentes no cotidiano da violência estatal e nos grupos políticos em que as mulheres atuaram, nas décadas de 1960 e 1970. O artigo, portanto, se propõe a publicizar e reconhecer o testemunho de uma mulher, em diálogo com a historiografia que busca valorizar a narrativa feminina em primeira pessoa de outras militantes, com a finalidade de contribuir na compreensão de uma história feminista posicionada e reparadora, contrária à perspectiva unívoca e silenciadora de suas vozes.

A resistência feminina nas memórias de mulheres como Ana Maria Gomes

A história da presença feminina nas lutas de resistência, no Brasil, e da violência cometida contra as mulheres nos porões da ditadura ainda é uma dívida que vem sendo paga, gradativamente, pelos registros de suas memórias durante muito tempo ignoradas. A Comissão Nacional da Verdade, em seu relatório apresentado em 2014, organizou sessões públicas em que diversas militantes políticas puderam ser ouvidas, em especial sobre as sevícias sofridas nas mãos de agentes do governo, nos órgãos da repressão, muitas vezes clandestinos. A contribuição desse acontecimento para refletir sobre a importância da reparação política, moral e jurídica é fundamental para o fortalecimento do processo democrático e para medidas do Estado que não permitam que violências como essas voltem a acontecer. O Brasil, embora seja signatário do documento que condena a tortura e apesar de ter sido condenado pela Corte Interamericana dos Direitos Humanos, em 2010, por sua

omissão em relação à sua prática durante o regime militar, não chegou a tomar nenhuma providência para que os culpados fossem responsabilizados.

Tomado hoje por divisões políticas preocupantes, em que a construção de um inimigo interno passa novamente pela figura do comunismo – e também do feminismo – o país parece carecer de debates políticos que passem pelo reconhecimento dos testemunhos e pela ciência histórica, colocada em dúvida por setores políticos que querem desqualificar os estudos acumulados durante anos em meio à transição democrática. Ainda, num país em que os índices de violência contra as mulheres estão entre os mais altos do mundo, falar da ditadura e de como elas foram atingidas nos porões da repressão ainda encontra resistência e indiferença por parte da sociedade. Registrar e publicizar para debater e sensibilizar permanece o grande desafio.

Contra-pondo-se a esse cenário por vezes desanimador merecem destaque as pesquisas desenvolvidas nos últimos anos como as de Luiz Manfredini (1989), Elizabeth F.X. Ferreira (1996), Ana Maria Colling (1997), Luiz Maklouf Carvalho (1998), Olívia Rangel Joffily (2005), Cristina S. Wolff (2007), Maria Cláudia Badan Ribeiro (2011), Susel Oliveira Rosa (2013) e Margareth Rago (2013) que trabalharam com narrativas orais de militantes de grupos armados, tais como a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), procurando defender o direito ao registro e publicização das memórias femininas sobre a resistência à ditadura e as relações desiguais de gênero, seja nas prisões ou entre companheiros de luta. Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff (2011) afirmam que muitas dessas memórias ganham força no presente, sob avaliação e identificação das ex-guerrilheiras com o ideário feminista, principalmente após seu retorno do exílio e por suas práticas no presente, fato que não teria sido possível nos anos 1960 em países latino-americanos, uma vez que estes viviam sob ditaduras e não articulavam movimentos de mulheres e de feministas nos moldes do que ocorria na Europa e nos Estados Unidos:

As ditaduras dos países latino-americanos, tenham elas começado nos anos 60, como no Brasil, ou nos anos 70, como no Uruguai e Chile, geraram um contexto muito diferente, impedindo ou restringindo as ações dos movimentos sociais em geral, criando, assim, condições diferenciadas para o feminismo que emergiu nesses países. (Pedro; Wolff, 2011, p. 400)

No Brasil, as militantes estavam inseridas em movimentos que apelavam muito mais claramente para a luta de classes e para confrontos armados contra o autoritarismo e a repressão. Segundo Marcelo Ridenti (1990), a participação delas na guerrilha corresponderia a 18%, sendo que as mulheres chegaram a ser 20% na Guerrilha do Araguaia, nos estados do Pará e Tocantins, entre os anos de 1972 e 1975. Sua atuação, nesse sentido, não foi insignificante, embora suas ações tenham sido diluídas numa história masculina, viril e universalizante. Ainda, uma coletânea reunida por Joana Maria Pedro, Cristina S. Wolff e Ana Maria Veiga (2011), procurou promover o conhecimento e a reflexão sobre as diversas formas de resistência

feminina contra as ditaduras do Cone Sul, passando não apenas pela luta armada, mas por ações em igrejas, escolas, em produções artísticas, nas lutas no campo e em prol da Anistia, ampliando ainda mais o olhar múltiplo sobre a história.

Este artigo também pretende contribuir para o reconhecimento dessas vivências, por meio das memórias de Ana Maria, uma daquelas militantes que procurou tornar pública sua história e enfatizar sua avaliação em torno das relações de gênero na militância política, marcada hoje por sua postura como professora universitária e militante feminista. Nascida em Osasco, no estado de São Paulo, ela foi secundarista no Ginásio Estadual de Presidente Altino (GEPA) durante o dia, e trabalhou na OSRAM, uma fábrica de lâmpadas, à noite. Começou sua militância política entre os anos de 1966 e 1967 –já sob a ditadura– quando acompanhava seu irmão mais velho, Osny, em eventos como peças de teatro em escolas e sindicatos que a faziam refletir sobre o mundo em que vivia. Como estudante frequentava o Círculo Estudantil de Osasco (CEO), junto com seu namorado na época, Roque Aparecido da Silva, onde costumavam realizar debates políticos com colegas. Para ela, que “já percebia e se indignava com a desigualdade desde menina”, a inserção política no sindicato e no movimento estudantil foi rápida e inevitável:

Naquela época, era tudo muito rápido, numa velocidade enorme... Quando vi, já estava participando do grupo, o primeiro grupo político que a gente teve! Foi tudo muito rápido: nós fizemos uma peça com duas apresentações e já fomos para outra coisa. Teatro já não servia mais. Nós começamos encenando como forma de levar a consciência e promover discussões de uma série de questões. Nossa proposta já era essa, conscientizar. Não era um teatro alienado, não! Já havia objetivos. As coisas aconteciam muito rápido e o teatro já era muito pouco... Estávamos no começo de 1968 e já existia a preparação da greve e já era o começo da luta armada. Que era coisa mais séria. E o grupo foi se dissolvendo em outras atividades. (...) Não eram longas as discussões, eram ações. Não havia tempo. Para mim era uma coisa natural que eu continuasse no movimento. E fosse o preço que fosse!

Sua entrada na luta armada se deu a partir da greve de Osasco, que se iniciou no dia 17 de julho de 1968, no enfrentamento à ditadura e ao arrocho salarial decretado pelo governo do presidente General Costa e Silva. Houve uma repressão muito grande, que não era esperada pelos operários, e muitos deles assumiram de vez a luta armada como tática de resistência. No decorrer da greve, ela e seus companheiros já negociavam sua entrada na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada pelo capitão Carlos Lamarca. Com a invasão da fábrica e do sindicato dos metalúrgicos por forças militares, as prisões se iniciaram e Ana Maria não escapou, sendo levada ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops), órgão para o qual foram encaminhados os opositores políticos e grevistas:

Fui presa no sindicato, mas ainda passei como coitadinha... Incrível a visão que tinham! E a gente se aproveitava um pouco disso. Mulheres nunca eram capazes de qualquer coisa! Então, lembro que quando fui presa, já pensei numa linha de pensamento: “Pô, sou mulher, não estou fazendo nada!” e aí o cara dizia: “Como é, faz três dias que você está no sindicato!”. Eu estava lá o tempo inteiro e eles estavam vigiando! Quando chegamos no Dops, a minha linha de defesa foi sempre; “Não, a gente estava lá por acaso, fui procurar meu irmão, minha mãe está muito preocupada”. contei que se ele

estivesse lá no sindicato, era pra avisá-lo que a fábrica dele estava em greve também. Nós tivemos que ouvir do delegado que éramos muito moças, assim tão “direitas”, que queríamos casar, com certeza. E a gente fazendo coisas para o sindicato! Um dia acharíamos algum trabalhador honesto para casar e tal... Era um sermão que se dá a uma moça de família e hoje nós rimos disso! Ele dizia: “Vocês querem casar, não querem?”. E nós: “Claro que queremos”!

Não seria possível saber se naquele momento Ana Maria já tinha consciência do quanto precisaria improvisar e “jogar” com seus algozes, mas sua narrativa no presente aponta para a percepção do quanto as mulheres eram vistas como incapazes de ações autônomas e politizadas. Esse olhar opressivo e masculino facilitou, de certa maneira, sua resposta imediata ao perigo, naquele primeiro momento, e talvez tenha se tornado uma “arma” para outras circunstâncias mais ameaçadoras. Revelando a “arte do fraco”, como assim chamou Michel de Certeau (1998) ao tratar sobre as táticas de improviso dos oprimidos, ela, assim como fizeram outras militantes, pode se apropriar do imaginário masculino em sua defesa. Assumir certo papel feminino definido pela moral masculina como a de “boa moça”, num instante de medo, serviu para que Ana Maria enganasse aqueles homens que esperavam dela a fragilidade e a confirmação de que estava ali levada por seu irmão e por seu namorado, estes sim atuantes. No entanto, o senso de oportunidade permitiu a ela escapar da prisão e se fortalecer ainda mais, caindo na clandestinidade e adentrando de vez na luta armada.

As mulheres que, como Ana Maria, participaram da guerrilha estiveram sempre submetidas ao perigo de caírem em mãos de agentes da repressão sedentos para puni-las por sua condição de “subversivas” e “desviantes”. Seriam as chamadas “putas comunistas”, sexuadas, ousadas e sedutoras, como apontaram Colling (1997) e Joffily (2005), desobedecendo ao destino “natural” do casamento, como o que foi lembrado pelo delegado a Ana Maria. Assumir o perfil compatível com o que seus algozes esperavam dela, numa atitude de pseudoconformidade (de Certeau, 1998), a salvou em todas as oportunidades em que esteve sob o poder deles, mesmo sob tortura, posteriormente.

Depois que foi solta, em julho de 1968, ela se casou com Roque Aparecido da Silva, numa cerimônia em um cartório longe da cidade de Osasco, para que pudessem montar um “aparelho”, sem provocar suspeitas, junto ao amigo José Ibrahim. Atuando com eles na Vanguarda Popular Revolucionária, ela não chegou a participar de nenhuma ação armada, mas planejava as ações com os companheiros. No entanto, após o decreto do Ato Institucional n.5, em dezembro daquele ano, muitas perseguições de opositores ocorreram, num processo intenso que desarticulou muitas organizações e levou à prisão e morte de muitos guerrilheiros. O lugar em que se encontravam na clandestinidade, no bairro do Caxingui, em São Paulo, foi descoberto e Roque e Ibrahim acabaram sendo presos. O primeiro foi detido pela manhã, no dia 02 de fevereiro de 1969, e logo depois os agentes invadiram a casa, levando José Ibrahim, presidente do sindicato dos metalúrgicos de Osasco. A militante, no entanto, conseguiu sair ilesa, mais uma vez:

Mais uma vez, como a "jovenzinha recém-casada". (...) Eu tinha uma cara muito de criança mesmo, mas não era tão criança. Olhando hoje, vejo que eu era criança, mas nem tanto. Tinha vinte e um anos, parecia ter cara de treze, catorze. Então, consegui fugir mais uma vez. (...) O Roque aguentou preso e calado (...) Foi torturado o dia inteiro e, à noite, ele chegou com a polícia lá em casa, onde ainda estávamos. Rapidamente ele conseguiu escapar e me deu dicas do que estava acontecendo; e eu pude, digamos assim, fazer meu papel: "Meus Deus, o que é isso? O que está acontecendo? Que loucura é essa?". Eles estavam felizes, porque quantas pessoas importantes eles tinham pegado! Mas eu não! Me deixaram. Me interrogaram, se convenceram que eu não tinha nada a ver com o assunto. Mais tarde, ficavam vigiando a casa muito tempo, mas consegui escapar. Escapei todas as vezes por ser mulher e ter o respaldo dos próprios homens: era casada com um, era irmã do outro. Quer dizer, sabe, "coitadinha"?!...

Ana Maria procurou demonstrar como a sua suposta desimportância como mulher, diante da prisão de Roque Aparecido e José Ibrahim –operários procurados desde a greve em 1968– foi a garantia de ter se livrado naquele dia. Mais uma vez o fato de ser a esposa de um deles e aparentar ignorância e fragilidade (uma coitadinha!), diante daqueles homens empoderados, contribuiu para que ela os enganasse: "Escapei todas as vezes por ser mulher e ter o respaldo dos próprios homens". Disso fez sua tática de resistência dentro do território masculino e opressor sempre que precisou, mesmo quando, posteriormente, os agentes decidiram por sua prisão, quando foi cercada por eles ao tentar se encontrar com um companheiro da VPR. Já era início de 1970 e muitos guerrilheiros haviam sido presos, inclusive aquele com quem ela ia se encontrar, sem que ela soubesse:

Então, fui presa. Tive alguns segundos para pensar o que fazer. Ele estava parado justamente na porta do bar onde íamos nos encontrar. Cheguei, cumprimentei, e já chegou alguém pegando no meu braço e dizendo: "Não reaja". Aí pensei: "Eu corro?". Era um cara só, da maneira mais discreta, porque tinha gente no bar. Refleti: "Não". E foi aí que sobrevivi! Depois eu soube que a rua inteira estava cercada e que teria sido metralhada se tentasse fugir. Um companheiro, filho da Encarnação, uma senhora... Os dois foram presos e ele fugiu. Foi metralhado... Comigo ia acontecer a mesma coisa...

Naquele momento a imagem de "menina ingênua" parecia não mais convencer seus perpetradores e ela teve muito medo quando foi levada para o Dops, onde foi interrogada pelo temido delegado Sérgio Paranhos Fleury, agora sob suspeita de ser membro de um grupo armado –uma "puta comunista"– e sob a ameaça da violência. No entanto, sua memória no presente aponta que, mais uma vez, para seu espanto, ela teria sido confundida e ajudada pelo imaginário machista:

Quem é Ana Maria Gomes da Silva?". E disse: "Ah! Você está aqui!". E começou a enumerar: "Você é mulher do Roque, cunhada do João Domingues, irmã do Osny. Era fácil acreditar que eu era "peixe" deles, que não tinha uma militância. Tanto que as companheiras que não tinham ninguém, nossa, elas apanhavam muito mais! Eles diziam: "Nossa, como ela pode ter aguentado sozinha?!". Prenderam pais, irmãos, maridos, mas elas foram torturadíssimas também! Quanto a mim, diziam: "Ela foi levada por um homem". Quanto àquelas que não tinham ninguém... Como é que elas ousavam pensar sozinhas?!...

Maria Lygia Quartim Moraes, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), em pesquisa desenvolvida por Wolff (2007), apresentou a mesma percepção que Ana Maria Gomes: a de que para as mulheres, havia certa facilidade em fugir da repressão, pois a representação masculina não as entendia como capazes de ser guerrilheiras. No entanto, se caíssem no estereótipo de "comunistas", sofreriam ainda mais nas mãos de seus algozes. O aspecto levantado por Moraes, ao narrar sobre sua experiência, é semelhante ao que Ana Maria afirma em sua narrativa: pensar sozinha e entrar para a luta armada era, na visão masculina dos perpetradores, uma opção de mulheres que, atrevidas e "putas", ousavam abandonar seu papel doméstico e submisso e ingressar numa "atividade para homens". "Jogar" com a imagem oposta a esta, como "ser levada por eles", era a possibilidade de sobrevivência.

Judith Butler (2003) nos estimula a refletir sobre as ações aqui contadas por Ana Maria e outras militantes, partindo da ideia de que a performance de gênero não é determinante, pois pode gerar também subversões. Butler considera o gênero resultado de um processo mediante o qual recebemos significados culturais e sobre o qual somos capazes de inovar e interpretar, como fez a entrevistada que, usando o imaginário daqueles homens, os enganou mais uma vez. Percebendo que fugia do estereótipo de mulher terrorista, jogou com a dúvida do agente que a interrogava:

Quando foi no dia seguinte, chegando a noite, me levaram pro interrogatório. (...) Eu pensei: "Ai, é agora!"... Quem fez questão de me interrogar foi o mesmo investigador que tinha me interrogado na minha casa quando o Roque foi preso; o que foi pra mim uma sorte muito grande porque ele não admitia que eu o tivesse enganado!... Começou com essas palavras: "Quando eu vi seu nome aqui, pensei: "Será que aquela menina me enganou?". Então, ele estava psiquicamente preparado para aceitar qualquer coisa que eu contasse, por que onde já se viu uma menina daquela enganar um policial experiente?! E aí contei aquela historinha de novo. Eu tinha excelente memória! Minha história não mudava uma vírgula. E aí todo mundo foi confirmando minha história. Todos os depoimentos foram confirmando minha história... Ele estava plenamente disposto, no machismo dele, a ser enganado. E foi! Aceitou a minha história!

A entrevistada revela, em sua narrativa, a fragilidade do homem viril diante de uma força feminina que ele presencia, mas não reconhece. Como ele poderia admitir ter sido enganado por aquela mulher? Sensibilidade e intuição foram táticas utilizadas por ela e por tantas outras mulheres, apresentando-se diante da arrogância de seus opressores como pseudo-submissas e tecendo sua resistência com os fios que os próprios dominadores lhes forneceram. No entanto, a militante não conseguiu escapar quando, sob tortura, um de seus companheiros, no limite de suas forças, a denunciou. Ela foi, então, detida e levada para a Operação Bandeirantes (OBAN), outro órgão de tortura, ligado ao Exército:

Fui pega de novo... Fui presa de novo antes de sair do país. Um gaúcho foi pego e eles queriam que ele entregasse um aparelho... Eu considero uma sacanagem muito grande alguém que fala e torna a informação ao alcance da repressão! Em geral, o que a gente usava quando era preso é que conhecia alguém que estava em sequestro ou estava morto. Na pior das hipóteses, dizia que essa pessoa não tinha sido pega ainda,

mas nunca denunciava que ela já estava lá presa! Mas fui denunciada e levada até ele. Era a Operação Bandeirantes... Eu voltei para a Operação Bandeirantes...

Daquela vez, em 1970, participando de outra organização, a VAR-Palmares, e tratada como terrorista, ela chegou a sofrer com a tortura física e psicológica. Foi atingida por pancadas e choques elétricos e também pelo suplício psicológico, quando fotos do jovem João Domingues, irmão de Roque Aparecido e militante morto sob tortura, foram mostradas a ela num álbum:

E, então, fui levada... A tortura psicológica foi forte... Muito, muito pesada!... (...) A tortura que ele usou contra mim foi contar todo o processo de agonia do meu cunhado, do João... Ele foi contando... O processo todinho... Foi mostrando todas as fotografias... O investigador me disse: "Bom, nós queremos saber onde seu irmão está. Se você sabe, você diga, senão nós vamos matá-lo como nós matamos seu cunhado!". Diziam que tinham prendido o João ferido e que o mataram ainda ferido. Eu já sabia da história dele, mas não com todas as letras. Até aquele momento sabíamos que ele havia sido preso muito ferido. E que tinha morrido. Mas, depois, com os dados da Iracema, irmã dele, com isso que eles me disseram, com a informação de outros companheiros, foi que soubemos que havia sido torturado e que o haviam deixado morrer... Pra tirar alguma coisa... (...) Ele havia participado do assalto ao cofre do Ademar de Barros e eles estavam putos da vida! Sabiam que estava envolvido. Estavam com muito ódio e queriam saber onde estava o dinheiro. E me mostravam as fotos dele morto...

As palavras de Ana Maria confirmaram como os torturadores agiam em nome da organização de Estado para tirar informações. Mais do que fruto de excessos, como muitas vezes alguns setores da sociedade querem justificar as violações perpetradas, as ações narradas, cometidas contra João e Ana Maria, deixam claras as intenções de machucar, desumanizar e "fazer falar". Badan Ribeiro (2011), em sua pesquisa com guerrilheiras, mostrou que uma prática muito usada pelos torturadores, durante o interrogatório, era julgar moralmente as mulheres por terem abandonado seu destino como mãe e esposa. Eram tratadas como desajustadas emocionalmente, sendo que muitas delas foram consideradas loucas e internadas em manicômios judiciários ou isoladas em celas. Era preciso puni-las de uma forma ou de outra. No caso de Ana Maria, sua pena, além do castigo físico, foi um conjunto de imagens que ela afirma jamais esquecer: um álbum com as fotos de seu cunhado, torturado e morto.

A desigualdade de gênero nas organizações armadas

A narrativa de Ana Maria, aqui apresentada, dialoga com outras perspectivas também presentes em trabalhos como de Susel O. Rosa (2013), que entrevistou outras guerrilheiras como Nilce Azevedo Cardoso, Yolanda Cerquinho da Silva Prado (conhecida como Danda Prado) e Flávia Schilling, também presas e torturadas. Elas demonstram em comum a grande tensão vivida pelas guerrilheiras que ao mesmo tempo em que sofriam nas mãos de agentes da repressão, por sua condição de mulheres e militantes, entre seus pares masculinos precisavam abrir mão da sua condição feminina para que fossem reconhe-

cidas como membros das organizações ou para que pudessem assumir posições de comando.

Mais do que denunciar as relações desiguais de força (de classe e de gênero) em relação aos torturadores, suas memórias marcadas por sua identificação com o feminismo na atualidade também apontam para as dificuldades de atuarem nos grupos armados e para a discriminação sofrida. Wolff ao trabalhar com militantes de diferentes organizações no Cone Sul, demonstra como questões próprias das mulheres eram tratadas pelos homens como "coisas menores", "pequeno-burguesas", para as quais seria preciso ter paciência, pois com a revolução socialista a igualdade seria alcançada e o machismo –próprio do capitalismo– seria extinto (2007:23). As memórias de outras guerrilheiras entrevistadas por Costa (1980), Ferreira (1996), Colling (1997), Pedro e Wolff (2011) e Rosa (2013) convergem no sentido de demonstrar o quanto as mulheres tiveram que se violentar para serem reconhecidas pelos homens com quem conviviam na clandestinidade, ora assumindo um "perfil masculino", ora abrindo mão de suas especificidades, como a maternidade e a "feminilidade".

Wolff afirma que no processo de inserção e atuação nos grupos armados, os militantes, ao assumirem a clandestinidade, perdiam uma série de elementos de sua identidade; rompia relações com a família, trocava de nome, deixava de ver amigos e afetos, deslocava-se de lugar e profissão, sempre em nome da organização e do ideal revolucionário: "Mas não perdia seu gênero, e este ao que parece era reforçado no caso dos homens. Para as mulheres a história era muito diferente" (2007, p. 33). Sua condição de mulher não desaparecia quando a questão era a direção das organizações, por exemplo, cabendo aos homens, em sua grande maioria, a posição de decisão. Vera Silvia Magalhães, uma militante entrevistada por Luiz Maklouf Carvalho (1998) e também citada por Wolff foi uma das raras mulheres a assumir o comando central do MR-8: "Eu era a única mulher no meio de sete homens. Fiz um puta esforço para chegar lá. A minha militância política foi uma batalha, porque, além de tudo, havia o preconceito machista" (2007, p. 32).

Ana Maria também se posiciona criticamente ao falar dos momentos em que teve sua opinião desprezada pelos companheiros, para depois assistir, em reuniões, as suas ideias serem apresentadas como autoria deles, num processo claro de silenciamento das mulheres pela própria esquerda:

Eu não preciso te dizer que o meu papel era sempre o de todas nós, mulheres, com exceção de uma ou outra, que tinham características que mereciam respeito... A gente era sempre menosprezada, embora houvesse um grupo muito grande de mulheres, muito grande... Eu não sei se fico feliz em dizer isso, minha timidez em defender minhas posições porque você sabe que as mulheres, com essa opressão toda, têm mais dificuldade de falar, tem mais dificuldade... Mas a gente discutia muito: eu, meu irmão e o Roque. Eu fazia toda uma discussão com o Roque, e ele colocava as posições. E eu sempre era considerada o apêndice dele, sem ideias próprias, como mulher! Mas, na verdade, muitas das ideias que ele defendia, a reflexão era minha. A reflexão era minha, só que quem colocava era ele. E, eventualmente, meu irmão... É, pra você ver como as mulheres eram, muitas vezes, humilhadas. Ninguém tinha... Sabe como é? Diziam mesmo que a companheira era dependente do companheiro. Sabe, umas coisas assim...

Além desta colocação, a entrevistada demonstrou sua decepção em relação à solidariedade masculina, não apenas por ter sido delatada por um de seus companheiros (e que compreendeu como a fragilidade da tortura), mas por seu desencanto devido ao abandono que sofreu pelas organizações armadas, após a sua prisão. Para ela, estas demonstraram sua enorme fraqueza ao não conseguirem salvar seus membros e não conseguir impedir a extrema violência contra as mulheres. O ressentimento e a indignação escaparam pelas palavras de Ana Maria ao contar sobre a convivência que teve na cela com uma menina que havia sido muito torturada. A violência do regime e o esfacelamento das organizações contrastavam com a confiança que a militante ainda tinha na organização, quando ela mesma já estava decepcionada:

Eu estava presa com uma menina, uma menina literalmente, bem novinha. Aquilo me ajudou ainda mais, porque eu percebia que a Var-Palmares estava esfacelada, esfacelada!... E que tinha se recomposto com gente muito jovem. Imagina: eu tinha 21! Imagina a idade dos outros... Essa menina estava toda queimada nas pernas, dos choques... E ali nós começamos a conversar. Eu não podia dizer nada, estava sendo gravado. Não podia dar grandes dicas. E ela dizia: "Não, porque o MEU comandante..." – que era o meu delator... Dizia: "O MEU comandante...". Eu olhava para ela e me dava uma pena!... Ela estava com aquela convicção toda, apanhando, por uma coisa que estava esfacelada! A direção nacional havia sido presa ou morta inteira! Não restava mais nada...

Para ser aceita como companheira na guerrilha, a mulher precisava aceitar uma série de imposições que feriam os direitos à própria sobrevivência como militante. Em narrativa semelhante a outras militantes, Ana Maria apontou, dentre essas imposições, certa hierarquização nas prioridades de quem deveria ser protegido ou sair do país, para não prejudicar a organização da qual fazia parte. Depois de solta novamente por não ser considerada "tão perigosa" pelos militares, ela conseguiu ficar fora da prisão, mas não ficou livre de uma auditoria militar, uma vez por semana, para vigiá-la. Como ela estava sendo vigiada, recebeu a ordem da direção da Var-Palmares, à qual pertencia, para deixar o Brasil. Porém, segundo ela, sem contar com apoio logístico necessário e oferecido a outros militantes masculinos. É preciso lembrar, ainda, que nas listas de militantes banidos e trocados pelos embaixadores, nos anos de 1969 e 1970, poucos foram os nomes femininos arrolados⁵. Ana Maria não era um deles e precisou sair do país por sua conta. Lembrou ela que, diferente dos homens, raras mulheres conseguiram dinheiro e estrutura para a fuga e o exílio. Ela conseguiu que outras companheiras, que haviam pertencido a outros grupos, como a ALN, contribuíssem individualmente para sua viagem, denunciando a solidão e a desigualdade social e de gênero dentro da própria organização:

.....
⁵ Entre os anos de 1969 e 1970, quatro embaixadores foram sequestrados e trocados por presos políticos, em ações que envolveram as organizações armadas. Os presos trocados eram escolhidos pelos membros da direção e eram banidos pelo Estado, recebendo asilo político em outros países.

Mas como militante política eu sofri não apenas nas mãos dos torturadores... Como uma pessoa como eu, mulher, de família pobre, que trabalhava numa fábrica, poderia ter sofrido? Sofri dois tipos de dominação ou de poder: a do homem e a de classe também. Agora, eu estava ideologicamente, politicamente, com o grupo. Meus companheiros disseram: "Você vai sair do Brasil!"... Agora, você imagina uma menina de origem operária... Naquela época, o pessoal, ou pelo menos a gente, não tinha esquemas de passagem, sabe? E não tinha muito contato com o Chile. Nós tínhamos que ir pro Chile, mas não tinha a menor ideia de que como fazíamos pra ir para lá, como se chegava. Eu fui uma das primeiras. Eles só me disseram pra ir!... E aí... eu fui! Fui até Foz de Iguaçu, atravessei para Misiones, Possadas. De Possadas, fui para Buenos Aires, dali fui para Bariloche. Em Bariloche, atravessei o lago para Puerto Mont e, em Puerto Mont, eu subi. Fiz isso, sendo que aqui tinha uma passagem por Córdoba, fácil! Mas ninguém conhecia... E eu fui!... Sozinha... Absolutamente sozinha!

Sua história de fuga demonstrou a imposição da vontade política das organizações e dos homens sobre ela, uma menina operária. Ao mesmo tempo, apresenta-se como narrativa vitoriosa, de alguém que no presente se insere na história e se reconhece como sujeito autônomo e parte de uma trajetória feminina e coletiva de luta. O tom de indignação de Ana Maria demonstrou a situação de várias mulheres exiladas, que conheceram outras realidades ditatoriais na América Latina, procurando vencer a falta de alimento, a perda de contatos, a ausência de esconderijos e a discriminação de gênero, como os relatos femininos apresentados por Costa (1980), Wolff (2007) e Rosa (2013) revelaram.

A relação de gênero marcada pelo poder masculino e pela desigualdade, além das falhas dentro das organizações e as delações entre companheiros, foram marcantes para a desilusão de Ana Maria. Além disso, o fato de os grupos armados aos quais pertenceu adotarem a posição formulada por Carlos Mari-ghela de que a ação armada levaria à consciência e organização das massas para ela promoveu o distanciamento entre a base e essas organizações, pois como operária acreditava na necessidade de um trabalho de organização nas fábricas: "Acho que até pela origem da gente, era mais ou menos natural que fôssemos por esse caminho". Essas discordâncias, segundo ela, teriam sido algumas das razões de sua separação do companheiro Roque, um dos principais expoentes da esquerda naquele momento.

Após o golpe de 11 de setembro de 1973, no Chile, Roque Aparecido, seu companheiro, foi para a Argentina e ela seguiu para a Europa, onde recebeu asilo na França, ingressando no Comitê de Anistia, em Estocolmo, e no coletivo feminista de mulheres brasileiras, em Paris: "Eu decidi que a partir daí minha atuação seria no movimento social; não mais vinculado a partido ou organizações. Para mim, isso tudo estava acabado". Ali pode ter a liberdade pare tecer crítica ao mundo dos homens, hierarquizado e discriminador, à violência física e à dominação simbólica, desconstruindo a ideia de que o comando do mundo político estava reservado a eles:

Fundamos o primeiro movimento de mulheres brasileiras em Estocolmo. Era um grupo que sofria todo tipo de gozação, tudo o que você pode imaginar. Menos de um ano depois do grupo ser formado, nós estávamos sendo convidadas para compor a direção do Comitê Brasileiro de Anistia, tal o respeito que a gente já tinha conseguido por parte da colônia! Fui fazer parte junto com o Gabeira, com o Tito (um companheiro do PCB), do Comitê Brasileiro de Anistia de Estocolmo... Fui para Paris, que era muito mais agradável do que Estocolmo. Me vinculei ao coletivo de mulheres brasileiras, que existia em Paris. E fiquei participando... Havia mulheres exiladas, mas também não exiladas. Foi na Europa que nós entramos em contato com o feminismo, com o movimento de mulheres.

Ana Maria reforçou o que outras militantes afirmaram sobre o feminismo brasileiro, ainda distante daquele praticado na Europa e nos Estados Unidos, desde a década de 1960. O movimento de mulheres, no Brasil, nasceu de forma especial, misturado ao contexto de luta pelas liberdades políticas e pela anistia de presos e exilados. A ideia de um feminismo voltado às demandas específicas do corpo e das subjetividades femininas acontece nas prisões ou no próprio exílio. Juntas pela solidariedade, as militantes passam a perceber e avaliar, com maior intensidade, as relações de gênero nos partidos tradicionais de esquerda e, como afirma Wolff: "Não é à toa que tenham sentido tantas vezes a discriminação, construindo pouco a pouco um ressentimento com relação a seus companheiros que foi crescendo e assumindo importante papel na construção do feminismo pós-ditadura" (Wolff, 2007, p. 35).

No exílio, Ana Maria pode fazer a crítica à organização política armada e aos homens, quando ingressou no grupo feminista de mulheres brasileiras e latino-americanas, liderado por Yolanda Cerquinha da Silva Prado, que foi editora do periódico *Nosotras*, que circulou clandestinamente no Brasil, e por Zuleika Aklambert (Pedro e Wolff, 2011: 402). Ali, brasileiras como ela puderam conhecer e discutir com maior profundidade as ideias de Simone de Beauvoir (Rosa, 2013), e a partir de 1979 puderam retornar para o Brasil e promover novos debates. Para ela, o trabalho com mulheres no Mato Grosso do Sul ajudou a superar seus traumas e a se reconstituir, enfrentando a memória da violência no cárcere e da experiência da fuga para outro país. Sem precisar se submeter a quadros político-partidários e aos homens, a menina deixada à própria sorte em direção ao exílio, encontrou-se com orgulho na liderança e convivência com a especificidade feminista, o que dá sentido à sua existência:

Formei o Núcleo de Estudos de Gênero na Universidade Federal, que não é uma entidade da universidade, mas do movimento social. Sou vinculada à Articulação das Mulheres Brasileiras. Também participei da Articulação das Mulheres do Mato Grosso do Sul. Eu acho que depois que tive esse problema no coração e essa terapia, saiu a minha anistia. (...) Nesse balanço que eu fiz, praticamente formei todas as feministas que existem em Mato Grosso do Sul. Existem feministas lá trabalhando e influenciando em muitos lugares, muitos lugares...Tenho orgulho quando falo das minhas meninas, das conquistas delas. Não falta trabalho para elas, e todas trabalham voltadas para a mulher, todas espalhadas. Hoje eu posso me afastar, sabendo que vai continuar.

Não me arrependo de absolutamente nada! Tudo foi válido. Posso dizer que dei sentido à minha vida. Dei sentido para ela. A minha vida poderia ter sido algo muito medíocre. Eu poderia ter tido uma vida extremamente medíocre! E eu dei sentido pra minha vida. Fazendo um balanço hoje, eu olho e digo: Eu vivi! Eu vivi. Eu não passei.

Considerações finais

Pela memória não é possível reviver, mas reconstruir lembranças e emoções, como afirmou Maurice Halbwachs (2006). No presente, convivendo ainda com uma rede de companheiros e companheiras desde que voltou do exílio, Ana Maria demonstra que aquela experiência dolorosa foi marcante e que é preciso compartilhá-la para sobreviver e se fortalecer. Diagnosticada com "trauma de guerra", ela tem feito de seu trabalho como feminista uma forma de superar o trauma que não é apenas individual. Memória individual, mas também coletiva, a lembrança da prisão e da tortura da narradora se mistura aos eventos traumáticos e às memórias de outras mulheres, revelando uma resiliência que não cessa e uma construção feminista que passou pela denúncia dos homens algozes e pela crítica à própria esquerda machista.

Como apontaram Pedro e Wolff (2011), as reflexões apresentadas por mulheres que militaram em grupos de guerrilha são marcadas por suas trajetórias e por posições que ocupam no presente. Nem sempre essas percepções sobre as discriminações e violências de gênero estiveram claras naqueles momentos de combate à ditadura, quando as prioridades –ditadas pelos homens viris e corajosos– eram outras. Não é possível afirmar se as observações e críticas realizadas pelas militantes, como Ana Maria Gomes, já existiam em meio ao envolvimento com a luta armada. Pelas narrativas aqui apresentadas, parece que o "jogo de gênero" contra os agentes da repressão nasceu da possibilidade imediata de sobreviver à violência e acabou por tornar-se uma tática importante. No entanto, como afirmaram Pedro e Wolff, o ressentimento em relação aos companheiros da própria guerrilha nasceu posteriormente e se acirrou na medida em que a identificação com o feminismo permitiu rearranjar as memórias dessas mulheres e suas leituras sobre o passado (2011, p.404).

A memória é a possibilidade de se avaliar, negar o silêncio que paralisa e começar de novo, rompendo, muitas vezes, com a submissão diante de uma história vencedora e opressora. As memórias de Ana Maria, aqui apresentadas, assim como as de outras militantes ouvidas pelas pesquisadoras aqui citadas, fazem parte de uma postura subversiva, de denúncia e de contestação contra uma sociedade que insiste em manter heranças sexistas, discriminadoras e generalizantes, ignorando a multiplicidade de experiências no fazer histórico. As mulheres mostram sua construção e atuação como sujeitos, revelam a violência do cárcere, mas também as relações desiguais de gênero, desnudando os silêncios e criando fissuras nas "verdades" defendidas pelos opressores e seus apoiadores revisionistas na atualidade, assim como questionam os discursos

hegemônicos de companheiros que procuraram diluir as vidas femininas em histórias de heroísmo masculino.

Ana Maria procurou pensar a sua trajetória –e também a de inúmeras mulheres que não tiveram a chance de narrar-se –como ato de resistência ao sistema patriarcal, ao regime autoritário, às inúmeras exclusões que sofreu como parte de uma história que não é individual, mas coletiva. Seu relato se refere, também, à ousadia feminina em fazer o movimento do privado ao público, levando o subjetivo à política, enfrentando algozes com sua inventividade e coragem e exercendo sua autonomia, muitas vezes invisibilizada pelos próprios companheiros de luta.

Sua memória singular (e coletiva) não apresentou apenas visões e elaborações sobre o passado, mas interpretações sobre o presente e suas demandas. Apelou contra a surdez que pode levar à indiferença, à injustiça e à intolerância social ou de gênero, cenário a se temer no Brasil, neste momento. Sua história, assim como a de tantas militantes, deve ser insistentemente lembrada, como a memória clandestina, da qual falou Michael Pollak (1989); ignorada durante tantos anos, precisa ser colocada no enfrentamento sobre os usos do passado a fim de se reparar os danos sofridos, seja pela violência política quanto pela discriminação de gênero. Daí a necessidade de insistirmos no esclarecimento dos crimes e do processo de luta no qual estiveram envolvidos com toda carga de emoções, todas as frustrações e erros, os homens, mas de forma ainda mais ousada, as mulheres por eles silenciadas.

Bibliografia

- Badan Ribeiro, M. C. (2011). *Experiência de luta na emancipação feminina: mulheres da ALN* (Tese de Doutorado inédita). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Baggio, R. C. (2010). Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro. In *Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal* (pp. 260-286). Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais. Recuperado de <https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/repressao-e-memoria-no-contexto-ibero-americano.pdf>
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carvalho, L. M. (1998). *Mulheres que Foram à Luta Armada*. São Paulo: Globo.
- Colling, A. M. (1997). *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos.
- Costa, A. de O. (1980). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Couto, A. M. M. (2003). *Greve na Cobrasma: uma História de luta e resistência*. São Paulo: Annablume.

- De Certeau, Michel (1998). *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes.
- Ferreira, E. X. (1996). *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: FGV.
- Halbwachs, M. (2006). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- Joffily, O. R. (2005). *Esperança equilibrista: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil*. Tese de Doutorado, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica.
- Manfredini, L. (1989). *Moças de Minas*. São Paulo: Ipê Amarelo.
- Oldack, E. (1987). *Lamarca: o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global.
- Pedro, J. M., Wolff, C. S.; Veiga, A. M. (2011). *Resistência, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres.
- Pedro, J. M. y Wolff, C. S. (2011). As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. *História Unisinos*. 15(3), 398-405.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3-15.
- Rago, M. (2013). *A aventura de contar-se*. Campinas: Unicamp.
- Reis Filho, D. A. (1990). *A Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense.
- Ridenti, M. (1990). As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, 2(2), 113-128.
- Ridenti, M. (1993). *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Unesp/Fapesp.
- Da Rosa, S. O. (2013). *Mulheres, Ditaduras e Memórias: "Não imagine que precise ser triste para ser militante"*. São Paulo: Intermeios/Fapesp.
- Rovai, M. G. O. (2014). *Osasco 1968: a greve no masculino e no feminino*. São Paulo: Letra e Voz.
- Souza, P. (2000). *Autopsia do Medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo.
- Weffort, F. (1972). Participação e Conflito Social: Contagem e Osasco: 1968. *Cadernos CEBRAP*, 5.
- Wolff, C. S. (2007). Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul (1968-1985). *Revista Brasileira de História*, 27(54), 19-38.